

René Armand Dreifuss

Globalização e Opções Políticas de Desenvolvimento para o Brasil

1. Introdução

O processo globalizante estipula desafios enormes e constrições duras sobre a *polity*, sociedade e economia brasileira. A tentativa de vislumbrar o alcance das opções políticas de desenvolvimento do Brasil e das possíveis iniciativas estratégicas envolve o estudo e a estimativa tanto dos recursos e potenciais quanto das limitações, seja em relação a ações focalizadas dentro da região - baseada em procedimentos e barreiras que emergem dentro do Brasil e nos estados vizinhos -, assim como extra-regionais, e., desenvolvidas por governos (de natureza internacional), por corporações estratégicas (transnacional) e por meio de instituições não-governamentais e de organizações supranacionais que buscam impor *policy*.

2. Contextualização

Vivemos em meio a uma verdadeira transformação das bases de produção material, com a entronização do *complexo capacitador teleinfo-computrônico* (informação, telecomunicações, automação, robótica, microeletrônica, eletrônica de concepção, produção e consumo) e a inserção dos campos avançados - optomatrônica, ciências cognitivas e da vida, biotecnologia e engenharia genética etc - no 'comando' do processo de produção de conhecimento e de sua aplicação. Transformações propiciadas pela atuação de *Corporações Estratégicas* - empresas baseadas numa *matriz de conhecimento (know why)* e orientadas por (*cluster*) de *competências cruciais (core competence)* desenvolvidos em torno de um *know how* tecnológico - desempenhando o papel de agentes de *mundialização* cultural e social, e a função de motores de *globalização* econômica (tecnológica, produtiva, financeira, e comercial).¹ Transformações que provocam mudanças colossais na estrutura e

¹ Sobre os termos aqui utilizados (Corporação Estratégica, Tecnobergs, Cadeias Regionais, Macromercados, Pólos Motores Tecnoprodutivos, Pólos Gravitacionais Socie-

dinâmica cultural e política das diversas sociedades, com desdobramentos intensos nas instituições, deslançando uma 'era do fim das mais diversas certezas', sejam elas acadêmicas ou partidárias, descortinando os horizontes da *planetarização* político-estratégica e institucional.

Espelhando e ajustando-se, por um lado, ao sentido da *nova divisão transnacional* da produção e da *transfronteirização* intra-corporativa do comércio (viabilizando o funcionamento 'administrado' do comércio internacional), e, por outro, à dinâmica de centralização e concentração (*nova divisão internacional*) do conhecimento, são pautadas as novas - e complexas - referências de colaboração e conflito. Enquanto se estabelece tanto a nova feição da cooperação inter-firmas e inter-nações, quanto a competição oligopólica, torna-se cada vez mais clara a racional tecno-política na lógica econômica da globalização, sublinhada, ainda, pelos custos e escala necessários dos projetos científicos e tecnológicos. A economia política dos assuntos mundiais (economia global) torna-se, a cada dia, brutalmente menos econômica e mais política e determinada pelas opções e possibilidades científicas e tecnológicas que rompem barreiras ideológicas, doutrinárias ou de interesses imediatistas.

Junto com a emergência do entrelaçamento econômico transnacional e da integração tecnológica e acadêmica trans-fronteiriça, se desenham profundas reformulações de corte institucional, e abrangentes redefinições de ordem política, administrativa, e cultural, que levam à indagação sobre os parâmetros emergentes e as variáveis estratégicas a serem consideradas, tanto das novas 'ordens' de alcance regional e global, quanto da mudança. Trata-se, portanto, não só de uma reformulação das relações *entre* estados, delineando tanto uma *Heterotopia* Econômica *Transnacional* e uma *Heterarquia* político-estratégica *Internacional* (estipulando renovados ou emergentes centros produtores dinâmicos no novo arranjo de forças, consolidando seus parques científico-tecnológico-produtivos integrados de ponta, e definindo novas regras e modalidades para o comércio internacional e transnacional) mas também de uma Nova Hierarquia *Internacional* do Conhecimento e arranjos transfronteiriços culturais (social, acadêmico) (Heterarquia ... 1996). Há, de fato, a necessidade de desenvolver uma nova percepção da realidade e da dinâmica planetária, que seja capaz de entender o 'lugar' do 'nacional', do 'regional', do 'local' — político, administrativo — no processo de transnacionalização econômica, superando as visões convencionais de antinomias e dicotomias

tários, Pivôs Político-Estratégicos) e sobre as diferenças analíticas e conceituais entre Globalização, Mundialização e Planetarização, vide Dreifuss (1997).

(nacional/internacional, dependente/autônomo, mercado/estado, público/privado), uma vez que, em muitos casos, as 'fronteiras' entre esses fenômenos e categorias foram tracejadas ou deslocadas.

A globalização tecnológica e produtiva que as corporações estratégicas impulsionam, requer (e por sua vez, viabiliza) a mundialização de consumo e a conseqüente criação, ampliação, ou consolidação de *macro-mercados* regionais (Nafta, Mercosul, Apec, Asean, Sadec) e continentais (União Européia), além de *cadeias regionais de produção* (Japão e sudeste asiático, Alemanha e Europa centro-oriental, França e o Mediterrâneo sul). Trata-se de 'espaços' e 'movimentos' em interação cooperativa e conflitiva, que, por sua vez, trazem consigo não somente des-estruturas e re-estruturas econômicas, como propiciam e se apoiam em recomposições político-militares, readequações econômicas, e (re)emergências étnicas, sociais e culturais. Assim, os esforços de compactação sub-regional, regional e continental, ajustando-as aos novos requerimentos da produção e do comércio, decorrente das modificações na localização transnacional e na *desterritorialização*, concomitantes à concentração e centralização seletiva de conhecimento e produção, requerem a participação decisiva de governos nacionais, de projeção transnacional, visando a 'estabilização administrada' das mais diversas áreas. Isto se dá através de esforços de 'regionalização' e de 'continentalização' político-estratégica; estas, por sua vez, alimentam e se atritam com reformulações nacionais em curso e com as suas projeções transnacionais (de corte regional, continental e intercontinental), expondo e realçando, ainda, conflitos e demandas latentes de cunho cultural, étnico, religioso e nacional.

Tanto a globalização tecno-produtiva e comercial, quanto a mundialização de normas e costumes se apresentam, por sua vez, como condicionantes e 'movimentos' precursores da formação de mega-estados ou estados de projeção planetária, de macro-sociedades transfronteiras e de uma *'Polity'* planetária, embora recortada por lineamentos referências nacionais, religiosas e civilizatórias, e sublinhada por referências locais. Tudo isto obriga os Estados nacionais a (re)definir(se em) regionalizações e continentalizações (institucionais e político-estratégicas), buscando lidar com macromercados transnacionais, identidades transfronteiriças, e assuntos supranacionais (envolvendo fatores político-estratégicos, institucionais, culturais, nacionalidades, religiões). Além de ter que lidar com expectativas emergentes de busca de 'satisfação societária' e redefinição do sentido do Estado, como veículo e como atividade-fim para a capacidade humana instalada.

Observa-se uma incompatibilidade dos estados nacionais (e das nações-estado), em relação às necessidades do sistema produtivo global, que leva a reajustes importantes e a esforços para reformatar o Estado, nos seus ordenamentos e normatizações, dimensão e custos, procedimentos e mecanismos, fazendo-o funcionar como *enabler* e como facilitador. Assim como leva a 'reinventar' governos (de 'mãos limpas'), capazes de *decision-making*, implementação, *follow up* e retificação de curso 'vinte e quatro horas' (em tempo real), já que nem o mercado nem a competição produzem 'ordem'. Neste contexto, deve ser examinada a concomitante *transnacionalidade institucional*, os esboços de *governança supranacional* e a emergência de *elites orgânicas transnacionais* (globais e regionais, em lugar das instâncias internacionais), estruturadas *por e através* de 'jet-sets telemáticos', com miras ao gerenciamento político e econômico transfronteiriço. Tanto a 'desconstrução' organizacional e desengajamento funcional do 'Estado' (seja qual for o seu formato e dimensão), quanto a sua reconstrução e reinserção dinâmica, como instância miniaturizada, mas potencializada, com uma maior projeção extra-nacional, podem vir a capacitá-lo para os novos tempos, como *espaço* e como *fator* público-cidadão da sociedade informada e de informação.

Mas a incompatibilidade estatal dos países ditos 'emergentes' com a pretensa 'Nova Ordem' Transnacional (e os ajustes estruturais impostos para adequar estes países ao novo sistema) levam à desestruturação do Estado na América Latina, junto com uma recomposição societária - reposicionamento, e até mesmo, emergência, ascensão e queda de classes e grupos sociais - altamente problemática (na África, chega-se à decomposição estatal e à desagregação ou regressão societária). Como resultado, a desigual e combinada 'transnacionalização' do Estado nos vários 'Mundos'; '*politics*' interpenetradas e um eixo emergente de estruturas supranacionais de poder privado e público. Isto, por sua vez, traz profundas consequências para os aparelhos burocráticos dos estados nacionais e das autoridades regionais e locais - impondo-lhes modificações substanciais, além de ter séria incidência na noção e prática de soberania nacional (autonomia decisória) e popular (exercício de cidadania). Assim como realça as estruturas e procedimentos de governo local e sub-regional, e mesmo as autoridades e mecanismos de gestão sub-nacionais e transfronteiriços, entre os quais se incluem governos locais, prefeituras, intendências etc.

Por sua vez, os processos de continentalização político-estratégica e de formação de macromercados regionais ou continentais, estipulam as

condicionantes da projeção legitimadora do estado por referenciais transnacionais, ainda não consolidados num corpo doutrinário e de práticas condizentes, mas que já tem sido usados em diversas situações (estabilidade mundial, *'satisfação societária'*, crescimento integrado auto-sustentável, preservação ecológica, gestão pública transparente, novas formas de representação da cidadania etc). E fazem surgir questões cruciais em torno de temas tão diversos como *law enforcement* (nacional e transnacional), dissuasão e *strike-force* em um mundo unipolar heterarquizado estrategicamente; ou da prática de cidadania e liberdade em 'sociedades de acumulação informativa' e de 'criação de conhecimento' (macro-sociedades de informação e informatizadas) que se interligam com outras por compartilhar de problemas, expectativas e soluções transfronteiras. São, inclusive, mútuas testemunhas, acompanhando-se em tempo real, e tornando-se fatores de pressão na comunalidade global. Emergem assim as condições e necessidades para a articulação societária 'à distância' (inclusive transfronteiriça e supranacional), tanto da formulação alternativa de diretrizes, assim como da *contestação responsável*, do questionamento e do apóio. Viabilizam-se as condições para a organização sindical, comunitária e política em espaços transnacionais, que superam as fronteiras de Estado e a dimensão internacional propriamente dita. Trata-se da emergência da 'política de sociedades' versus a 'política de Estados', o que anuncia, por sua vez, uma nova estrutura estatal em gestação e até em funcionamento. Trata-se, também da emergência e consolidação de 'sociedades de cidadãos', de individualidade orgânica, em contraposição às 'sociedades de massas' ou de classes desarticuladas. E do esboço de uma '*polity*' planetária e da 'democracia telematizada', com suas dúvidas e questionamentos, que levam a uma reconsideração dos paradigmas de desenvolvimento possível, não como teorias, mas como práticas e processos sociais trans-societários e até trans-estatais. Chegar a uma sociedade 'satisfeita' se torna uma questão candente, atravessando regimes e modelos diferentes.

3. Vulnerabilidades e Condições da Globalização

No contexto globalizante é temerário conjecturar sobre as possibilidades e opções políticas de desenvolvimento do Brasil, em particular, tendo em mente a surra que a sociedade brasileira levou nos últimos meses e tamanha a crise que se abate sobre nós. É um tempo de dificuldades: 4.5 trilhões de dólares foram enxugados do sistema financeiro global; Chirac propõe uma «nova ordem mundial»; o FMI não tem dinheiro suficiente

em caixa; o BID é pequeno demais para a demanda do BNDES; o sistema financeiro japonês mostra suas importantes rachaduras; a China começa a sentir os efeitos do ataque contra a sua economia; e as ondas da crise reverberam à porta da Europa e dos Estados Unidos. As eleições no Brasil estão em curso, enquanto o governo encaminha negociações na surdina com o FMI, e prepara reformas, que terão consequências duríssimas para a população. As reservas cambiais caíram em 29 bilhões de dólares, para menos de 43 bilhões, no período de um mês e meio; a dívida federal é de 374 bilhões de dólares (aumentando 2.000 dólares por segundo); a política de juros extorsivos continua; o ajuste fiscal se faz encima dos cortes nos gastos de atendimento social; o déficit nominal (soma das despesas públicas correntes com os juros pagos pelo Tesouro ao mercado), passou de 4.7% do PIB em julho de 1997 para 7.5% em julho de 1998, chegando em setembro a 8%; a dívida interna cresceu mais de 6 vezes ao longo do governo FHC, chegando hoje a aproximadamente 280 bilhões de dólares; o déficit na conta de transações correntes que mostram o excesso de gastos do país com importações de bens e serviços, além do pagamento de juros atingiu 32.4 bilhões em agosto (acumulados ao longo de 12 meses), ou 4.09% do PIB; a dívida interna líquida (que era de 153.2 bilhões em 1994) dobrou para atingir 339 bilhões em junho deste ano; em 1994, 71% do total do endividamento do governo era dívida interna, agora é de 95%; a dívida mobiliária, que cresceu cinco vezes, atingindo 304.8 bilhões em julho, representava 8.8% do PIB em 1994, e agora equivale a 33.6%; a dívida líquida, que era de 28.5% do PIB em 1994, pulou para 37.4% em julho de 1998; o crescimento da economia hoje é de 1/3 dos índices de 1994, com o maior desemprego da história do país: os desempregados chegaram a 13 milhões de pessoas (18.9% da PEA, segundo o Dieese, ou 7.9%, segundo o IBGE), ou, de um outro ângulo, um em cada cinco chefes de família está desempregado; o estado já vendeu seus principais ativos; os fundos de renda fixa, que chegaram a ter 9 bilhões de dólares, hoje teriam apenas 1.5 bilhão, enquanto as aplicações em bolsa, que já foram de 45 bilhões de dólares, hoje estariam em cerca de 13 bilhões, dos quais 3 bilhões seriam recursos mais especulativos etc (Celso Pinto, *Jornal do Brasil*, 18.09.98). E, para completar o quadro, o PNUD adverte que, a serem mantidas as mesmas políticas, se hoje há 40% da população abaixo da linha de pobreza, está incluída 70% na próxima década (Klingsberg 1998).

A globalização produtiva, comercial e financeira, como camisa de força em andamento sem regulamentação global, se apresenta com di-

versos efeitos perversos para o Brasil, que por sua vez entrou em condições precárias nesse processo. Neste contexto, é importante lembrar que o Brasil carece de músculo financeiro de alcance global, nos quatro pilares da riqueza que fazem a força econômica hoje em dia - bancos, fundos de pensão, fundos de investimentos e seguradoras - para participar do mundo das fusões, que tornam o mercado administrado corporativamente. No entanto, embora seu sistema financeiro não tenha *global players*, algumas instituições brasileiras da área começam a agir com horizontes mercosulinos e, até mesmo, sulamericanos

Por outro lado, o Brasil não comporta corporações estratégicas autóctones - *agentes centrais da globalização* e da geração de riqueza - em número ou qualidade relevante (como seria a Petrobrás, ou a Embraer, ou poderia ter sido a CVRD, ou, ainda, se esperaria que importantes grupos empresariais como Globo e Votorantim chegassem a sé-lo), uma vez que compõe um 'sistema industrial transplantado', já que houve uma 'substituição de importações' ao invés de uma 'substituição de produtores' que além da implantação de fábricas fosse capaz de desenvolver parques científicos e tecnológicos, sintetizados em *marcas* próprias que, pela sua excelência, pudessem disputar fatias do mercado global.²

Carecendo de corporações estratégicas ágeis tecnologicamente ou potentes economicamente, ou de um *mittelstand* empresarial que tenha vocação ao menos regional, o Brasil não consegue disputar fatias razoáveis de poder que lhe permitem participar da definição dos rumos do planeta e, por conseguinte, de sua própria realidade. Por conseguinte, ao Brasil faltam trunfos (*assets*) produtivos, ie., não tem marcas nacionais de circulação mundial ('*worldwide national brands*'), que sintetizem o esforço criador e inovador (em ciência e tecnologia, engenharia de desenho e produção, comunicação e transporte) de corporações estratégicas próprias (mesmo dispondo de 700.000 engenheiros e 140.000 pessoas envolvidas em ciência e tecnologia). Investe somente 8 bilhões de dólares em C&T, dentro de um orçamento de 200 bilhões, dos quais, 30 bilhões são para pagamento de dívida externa, 90 bilhões para pagamento de dívida interna). Em contrapartida, empresas norteamericanas, européias e asiáticas investem anualmente de 3% a 10% da receita líquida para garantir a tecnologia mais avançada e o mercado já conquistado.

² Mais ainda, a participação transnacional no Brasil cresceu de forma consistente nos últimos anos, ocupando os espaços neurálgicos: 1991 - 25%; 1992 - 33%; 1993 - 35%; 1994 - 40%; 1995 - 41%; 1996 - 49%.

A falta de corporações estratégicas e de mega-conglomerados constituídos em seu entorno, por sua vez dificulta o comércio, numa época em que predominam as atividades e as relações intra-corporativas (dentro de um mesmo conglomerado ou em rede), definindo a pauta econômica e a agenda comercial global; quando os mercados dos Estados Unidos e da Europa se tornaram *merger oriented* através de um impressionante processo de fusões e aquisições amigáveis, cooperativas e hostis. O Brasil está enfrentando uma nova etapa de globalização que marca limites à competição no circuito de ponta e à competitividade dos países emergentes, através de uma política de *'merging markets'* – predominando as fusões no eixo norte-norte e as absorções no eixo sul-sul, com o que o centro de gravidade do capitalismo global se reafirma na supremacia científico-tecnológica Atlântica.

Finalmente, através do *looking glass* da globalização, o Brasil teria certas dificuldades para chegar a um ingresso per capita equivalente ao dos Estados Unidos, na ponta do processo. No momento, o IPC brasileiro é de aproximadamente 5000 dólares, enquanto o norteamericano chega a 30.000, com um PIB que já ultrapassou a marca dos 7.8 trilhões. Para o Brasil chegar a um PIB de aproximadamente 3.360 trilhões, no cenário Abatiapé (o mais otimista dos cenários da SAE nos exercícios de 1996-8), levaria 20 anos, sendo hoje de 800 bilhões (no cenário Baboré, intermediário, chega a 2.330, e no Caaeté, pessimista, atinge 1.170). Até 2030, o PIB norteamericano atingiria 30 trilhões na expectativa pessimista e 40 trilhões no melhor cenário; 120 trilhões em 2050. Mesmo crescendo a 7% ao ano, mantendo o crescimento populacional em torno de 2%, levaria 100 anos para o país atingir a paridade com o índice dos Estados Unidos em 2020.

4. Opções Políticas de Desenvolvimento

Para o Brasil, o desafio hoje é como «compatibilizar eficiência econômica (indispensável no mundo de interdependência crescente), redução da iniquidade social (com a melhora no perfil distributivo), sustentabilidade ambiental (indutora de parâmetros para a atividade humana) e liberdade democrática». Trata-se de «uma equação de muitas incógnitas, que não tem solução fácil nem rápida» (Almirante-de-Esquadra Mário César Flores, *Jornal do Brasil*, 14.07.98).

Em termos instrumentais, portanto, seria desejável que o Brasil incentivasse, através de agências estatais, nos três níveis decisórios - o que requer do estado um novo papel, de «capacitador» (*enabler*) -, a formação de

corporações estratégicas próprias. Estas corporações funcionariam no formato de *knowledge champions*, emulando as antigas *national champions*, empresas *samurais*, ou os *gladiateurs nationales*. Por sua vez, para acompanhar a atuação das corporações estratégicas que aqui atuam, deve-se organizar empresas-espelho em áreas estratégicas, de conhecimento avançado, definindo competências cruciais desejáveis. Como complemento necessário, dever-se-ia estimular a criação de corredores tecnológicos e parques de C&T, com universidades, centros laboratoriais e empresas pinçadas pela sua competência consolidada ou em formação. O Brasil precisa desenvolver capacidade intelectual, através da implantação de *grey matter sites* e avivar a motivação social para o crescimento. A partir destas matrizes de conhecimento e produção, organizar *clusters* (empresariais, profissionais, administrativos) focalizados sobre *temas estratégicos organizadores* (água, inteligência, energia, vida), definindo áreas temáticas de problemas e questões (*issues*), onde o estado, como *enabler* e facilitador, é capaz de discernir uma *tecnologia de resolução de problemas* que possa ser implementada por prefeituras e por governos estaduais, e sintetizada em macro-planejamento por ministérios nacionais.

Em termos político-estratégicos, o Brasil necessita desenvolver e consolidar seu perfil como um '*global player*' econômico, pre-condição para tornar-se um ator planetário político-estratégico.³ Contextualizar o Brasil nessa nova dinâmica significa contemplar o estudo do emprego e do manejo do Poder Nacional por parte do governo, assim como o exame de seu exercício em «Grande Estratégia» para reafirmar as pretensões brasileiras. Algumas das linhas-mestre da *policy* internacional político-estratégica brasileira seriam: a preservação dos interesses nacionais e regionais, num contexto de '*no-worldwide conflict*', marcado pela defasagem entre o pivô político-estratégico planetário e pólo motor tecno-produtivo dinâmico global (Estados Unidos) e os poderes econômicos multipolares intercontinentais e continentais (particularmente Japão, Alemanha, China, França, Grã Bretanha). Reitera-se, aqui, a necessidade de raciocinar - justamente por ser num contexto de mundialização cultural, globalização

³ O Brasil tem um perfil adequado para este papel, se considerarmos a diversificação comercial: em 1996 21% das exportações brasileiras foram a países da Aladi (excluindo México), 15% para o Mercosul, 1% para o México, 17% para os Estados Unidos (22% ao Nafta, excluindo Mexico); para Ásia (data de 1994), 7% ao Japão, e 27% para a União Européia (Gazeta Mercantil Latino-Americana, Ano II, No 59, 26.05-10.06.1997).

econômica e planetarização político-institucional - em termos nacionais e regionais (Mercosul e América do Sul).⁴

Dentro de tal contexto, alguns dos principais objetivos a ser atingidos num horizonte de, digamos, 2020 (que coincide com a perspectiva estratégica da SAE) seriam: a plena utilização, em termos sustentáveis, do espaço territorial e marítimo nacional; a redução substancial de desequilíbrios regionais, econômicos, sociais e culturais dentro do país, com *pleno resgate da dívida social*; a completa modernização do estado brasileiro; e a inserção competitiva dentro dos principais espaços globais econômicos, por meio de parcerias estratégicas com os principais atores de cada região; plena capacitação nas tecnologias motoras-chave do desenvolvimento social e econômico; e a consolidação da presença regional e global do país nos principais centros internacionais de tomada de decisões. Assim, em meio à globalização – e num aparente paradoxo – uma crescente compreensão da necessidade de uma visão global que a centralidade de estado fornece, o que, obviamente, envolve, uma Grande Estratégia política territorial e a percepção da planetarização política e institucional.

Nos interstícios da planetarização, o Brasil deve buscar a ampliação de margens de manobra, criando espaços de autonomia e propiciando uma infraestrutura para iniciativas estratégicas.⁵ Para isto, o Brasil deverá

⁴ As diretrizes brasileiras são claramente sublinhadas por uma visão político-estratégica viabilizada por ação diplomática: a contribuição do país para a construção de uma ordem internacional baseada no imperio da lei e dos direitos do homem, estimulando o desenvolvimento sustentável da humanidade; cautelosa, mas constante e crescente participação nos processos e nas agências internacionais relevantes de *decision-making*; promovendo desarmamento global, condicionado ao desmantelamento de arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, num processo acordado multilateralmente; participação ativa na manutenção de uma atmosfera de paz e cooperação ao longo de fronteiras nacionais, particularmente no Atlântico Sul, assim como promovendo solidariedade latinoamericana; proteção da Amazônia Brasileira, com o apoio da sociedade e presença militar expressiva, dando prioridade a ações que visam o desenvolvimento das faixas de fronteira no norte e no centro-oeste; a busca de um nível de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e de capacidade produtiva que almeja reduzir ao mínimo possível a dependência externa em fontes de natureza estratégica que sejam importantes para sua defesa; a promoção de conhecimento científico da região Antártica e participação ativa no processo de definição do seu destino (Presidência da República 1996: 9-11).

⁵ Deverá aproveitar que o Brasil se situa em zona externa aos embates estratégicos ou civilizatórios, uma vez que embora a cena internacional esteja marcada por instabilidade e imprevisibilidade, e numerosos conflitos, América Latina é percebida como região sem tensões estratégicas nem confrontos radicais, constituindo de fato, a região mais desmilitarizada do planeta.

agir em sua dupla capacidade de potência e de ação, como país e como sistema. Como país, o Brasil deve ser entendido em suas determinações geopolíticas e geoeconômicas, tanto na sua contiguidade territorial (América do Sul) e também marcado pelas suas conexões e laços históricos com os demais países das Américas, assim como com certos países da Europa e da Ásia. Como sistema em formação, o Brasil tem interesses concretos a promover nos mais diversos contextos da política internacional e transnacional. No contexto regional, as opções políticas de desenvolvimento devem ser centradas sobre uma diplomacia ativa, focalizada em paz – que procure contribuir para a formação de um consenso, necessariamente regional, mas ampliado além-mar, na busca de um novo arranjo global (transnacional e internacional) em termos econômicos, políticos e tecnológicos - e uma postura estratégica enfatizando a dissuasão de caráter defensivo.⁶ De acordo ao Presidente Fernando H. Cardoso,

«neste quadro que se está reelaborando o mundo, em que o Brasil precisa - e vai ter - uma voz mais presente nas decisões de âmbito planetário, nós, ao mesmo tempo, estamos reforçando a nossa política de paz na América do Sul e não nos deixando perder pelas grandes perspectivas sem olhar para o entorno mais imediato e sem perceber que existe aqui, por razões históricas e por razões geográficas, uma ação mais imediata do Brasil com os seus vizinhos e que se tem caracterizado por ser uma ação crescentemente integradora. Integradora na economia, crescentemente integradora em termos culturais e com uma relação militar muito positiva».⁷

Isto significa a definição de uma agenda estratégica, a qual incluiria os seguintes objetivos: integridade nacional e territorial; defesa do Estado de-

⁶ Diplomacia e estratégia cujas premissas são: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; uma relação muito estreita com os países vizinhos, baseada em confiança e respeito mútuo; clara rejeição de guerras de conquista e um papel ativo na mediação da busca de soluções pacíficas de controvérsias, como visto nos recentes embates fronteiriços entre Peru e Equador ou na intervenção diplomática e política durante o confronto Wasmosy-Oviedo em Paraguai - o uso da força somente contemplado em última instância, no caso de auto-defesa. Em outras palavras, a tendência preventiva e dissuasória da política de defesa brasileira – que se traduz da postura histórica vis-à-vis a experiência Venezuelana e Guianense em Essequibo, ou na questão do Surinam, ainda nos 80s – é ancorada na promoção de ação diplomática (como instrumento básico para resolver conflitos) e sobre a existência de uma estrutura militar confiável, capaz de gerar um efeito dissuasório eficaz.

⁷ Conferência pronunciada para uma audiência composta de estudantes dos cursos de Estudos Superiores das escolas militares com base no Rio de Janeiro – Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 23.11.96.

mocrático e legal; desenvolvimento da capacidade nacional em ciência e tecnologia; manutenção de uma inserção estratégica regional e global; reforço do Mercosul, do Tratado Amazônico e do Atlântico Sul, que continua sendo uma zona de paz e cooperação; reforço da capacidade brasileira para negociar na cena internacional; e a realização de grandes associações estratégicas.⁸ Neste contexto, dois pontos focais devem ser considerados: por um lado, a importância do nível de compreensão e acordo alcançado com a Argentina e a busca de uma relação profunda com a África do Sul (considerando a zona imediata do Atlântico Sul) numa abertura cuidadosa para novas parcerias (como as que estão sendo buscadas na Ásia, através da Índia, China e Rússia). Por outro, a urgência de fazer do Mercosul e da Amazônia, trunfos para novas abordagens para o desenvolvimento, enfatizando sustentabilidade e *tecnologia de resolução de problemas* societários.

5. Globalização e Alcance Estratégico do Mercosul

O alcance estratégico do Mercosul deve ser considerado dentro dos limites deste trabalho, em três perspectivas: como *recurso para a barganha mundial* de Brasil e de seus membros, permitindo um aumento na capacidade e nas possibilidades de movimentos políticos e econômicos; como *espaço-âncora* (cornerstone) *para a integração Sul Americana*; e como *espaço cooperativo de manobra do Brasil dentro da América do Sul*, tendo como foco orientador a avaliação das possibilidades de resposta *diferenciada* do país. O Mercosul viabiliza o aumento da capacidade de barganha e manobra dos seus

⁸ Esta agenda coincide com a a visão da SAE, como parte de seu esforço para lançar um debate público sobre visões compartilhadas de futuro, que incluiria o estudo de cenários estratégicos e especulações a respeito dos processos de globalização e regionalização e de suas consequências para o Brasil. Neste sentido, vale destacar a visão que busca um modelo de desenvolvimento que reforce a democracia, reduza desigualdades sociais e desequilíbrios regionais e torne as prioridades nos campos políticos, sociais, econômicos e militares compatíveis com as necessidades de defesa e ação diplomática. Sublinhando tais metas, a reafirmação da relevância de certos conceitos – soberania, auto-determinação, identidade nacional – assim como a compreensão que o mundo pós-bipolar detém uma diversidade de poderes regionais com perspectivas estratégicas diferenciadas, compondo um complexo mosaico que impõe a necessidade de múltiplas inserções, para responder a interesses nacionais. (Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, «Panorama Estratégico Brasileiro», Conferência de abertura do IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, Unicamp, Campinas, 10.05.98, pg 2-3; Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, «Concepción estratégica del Brasil». 'Audiencia pública para la reestructuración del Sistema de Defensa Nacional', Buenos Aires, 22.08.95 (Banco de Datos Ser 2000).

componentes, e em especial, do Brasil, ao identificar ‘fatos pertinentes’ e ‘fatos portadores de futuro’, com vistas à constituição de uma ‘*plataforma de autonomia*’, num mundo em acelerada transformação. Enfim: é através do Mercosul, na sua dupla realidade de ‘base’ e ‘resposta’, que se pode visualizar o contornar dos processos de marginalização e *delinking* que já afetam outros espaços do planeta, oferecendo novas percepções do que realmente sejam possibilidades, oportunidades e necessidades políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, Mercosul pode já ser visto como uma resposta regional às novas realidades globais e como recursos estratégico de seus componentes nacionais, um instrumento de defesa dinâmica política dos países da região vis-à-vis o processo de globalização.

É precisamente como uma possível ‘plataforma para obter autonomia’ que o Mercosul também permite ao Brasil considerar a possibilidade de desenhar *policy-guidelines* diferenciadas: *integração* (dentro do Mercosul e no possível *Merconorte*, como preliminar para a continentalização sulamericana); *concatenação* e *parcerias necessárias* (União Européia, Nafta); *arrendondamento estratégico* (ALCA) através de uma *policy* de ‘*building blocks*’, i.e., baseada sobre acordos e arranjos regionais já existentes; *interação diversificada* (APEC); *vínculos qualificados* (Oriente Médio, Golfo Pérsico, África Atlântica); *parcerias circunstanciais* (Ásia Central, Suleste Asiático, zonas de livre comércio sub-regional na Europe) e *parcerias qualificadas* (Rússia/CEI, China, Índia, África do Sul). Mas também terá que pensar a respeito de suas vulnerabilidades: a falta de um parque científico e tecnológico apropriado; a fraqueza das suas plataformas tecno-produtivas e a ausência de ‘corporações estratégicas’, baseadas numa matriz de conhecimento científico, sublinhada por competências cruciais tecnológicas que possam ser traduzidas em trunfos culturais e destrezas produtivas e de engenharia.

Avançar na linha de raciocínio do alcance estratégico do Mercosul, ultrapassando os limites de um ‘regionalismo aberto’, ou de uma ‘área’ ou ‘associação ampliada de livre comércio’, significa equacioná-lo como plataforma e alavanca de uma nova e mais dinâmica inserção global (produtiva, comercial, financeira, científico-tecnológica, cultural, política etc.) dos países da região, capaz de gerar transformações domésticas, e mudanças nas relações internacionais. Certamente, para isto, uma plataforma de autonomia deveria considerar novos *tópicos unificadores*, tais como as vantagens e vulnerabilidades decorrentes da qualidade das ‘novas riquezas’ percebidas – ‘capital mental’, *grey matter sites* (conhecimento adquirido e parques científicos-tecnológicos instalados ou viáveis), ‘capital societário’ (cuja acumulação primordial se dá pelo nível de formação e

informação das sociedades, pela qualidade de vida das populações); ‘capital biótico’ e novos materiais sintéticos, , localização espacial no planeta etc. Mas requer, também, o discernimento dos sentidos diversos e objetivos divergentes que compõem esta visão compartilhada da necessidade ou da inevitabilidade de integração regional e reinserção global.⁹

Mas, pensar acerca do Mercosul tanto em termos geopolíticos quanto sistêmicos leva a considerar este macromercado do Cone Sul além da determinação da Bacia do Rio da Prata e do Atlântico Sul. De fato, o Mercosul contém, dentro de seus perímetros, e dentro das fronteiras de um membro pleno (Brasil) e de um de seus associados (Bolívia), a maior parcela territorial da região Amazônica. Assim, ganhando uma dimensão Amazônica, o Mercosul dá outro significado às perspectivas de criar um *Espaço Sul Americano Ampliado* (como passo intermediário para uma integração plena da América do Sul), acrescentando potencial político, cultural e econômico para projeção sobre o Caribe e América Central, preparando o terreno, por sua vez, para um possível futuro Mercado Comum Latinoamericano (‘MECLA’).¹⁰

Situar-se na perspectiva do estudo do alcance do Mercosul significa, também, estudar e avaliar seus limites, e, portanto, aqueles do Brasil, tanto à luz das ações com foco no âmbito ‘externo’ - internacional (governos), transnacional (corporações estratégicas e megaconglomerados), e supranacional (instituições, macromercados) - quanto com base nos procedimentos e entraves próprios dos países e sociedades da região. O planejamento e a ação das corporações estratégicas transnacionais exemplifica bem a percepção do Mercosul como *base* e como *espaço* de ação de grupos empresariais (também de estados e agentes financeiros) *de fora*

⁹ Pensar o Mercosul como plataforma e alavanca nos leva à visualização deste macromercado em gestação como instrumento de defesa dos países da região frente ao processo de globalização, o que pode ser ilustrado pelo esforço de constituição de uma legislação de defesa da concorrência comum aos quatro países. Exemplo deste empenho de «zelar pelo respeito à defesa econômica», nas palavras de Gesner Oliveira Filho, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é a possibilidade de submeter a uma legislação comum do macromercado a exportação por preço inferior ao de venda interna, o que é de uma importância enorme em economias onde os produtores e exportadores são, de fato, corporações de atuação global.

¹⁰ Opções sublinhadas pelo «Propostas de Projeto e Programa da Comissão Especial de Transporte para a Amazônia», aprovadas em Abril 26, 1991, em Quito, Ecuador, decidindo por uma política de transporte dentro da região Amazônica, baseado na navegação fluvial, suplementado por caminhos e estradas, assim como decidiu sobre o estudo de corredores interoceânicos (Proposta ... 1994: 5).

deste particular macromercado, assim como estipula os seus limites de 'resposta', uma vez que ficam em evidência suas empresas de ponta com reduzida capacidade (ou vontade) de investir em desenvolvimento científico e em parques tecnológicos e na geração de produtos de alto valor agregado, fazendo com que a pretendida 'potencialidade de autonomia' da região - ou, ao menos, uma nova qualidade de inserção na economia global - deva ser qualificada.¹¹

Num outro plano de consideração, a singular experiência de constituição do Mercosul pode vir a ter um significado dual para o Brasil. Por um lado, compreende um reforço do desmantelamento do Estado (como sistema administrativo, gestor, e proprietário) e sua concomitante reafirmação enquanto sinalizador ou, até, facilitador de processo, que passa por uma necessária e conseqüente reformatação estatal. Por outro, requer a constituição de mecanismos institucionais e societários de integração regional, e de órgãos especializados de representação e gestão para o Mercosul, na medida em que se abrem indagações em relação a efetividade e eficácia dos governos nacionais. Assim, a constituição do Mercosul pode significar também a busca (e mesmo, o desenho e a construção) de referências e pontos de identificação entre os diversos que o compõem, através da consolidação de órgãos de gestão supranacional e de um novo papel e formato de estado, como capacitador regional, exigindo, em contrapartida, o reforço da sua presença na economia brasileira, como condutor de uma política nacional e regional de desenvolvimento. Mais ainda, não deve ser esquecido que o Mercosul é um fenômeno regional recente, em pleno processo de reconfiguração, já que os países que o compõem estão marcados por profundas e aceleradas transformações econômicas, institucionais, e societárias; por sua vez, num contexto mundial de intensas e abrangentes mudanças e reformulações de ordem político-institucional, científico-tecnológica, financeira, produtiva, e cul-

¹¹ Os limites do Mercosul devem ser examinados, ainda, à luz do choque e das coincidências de vontades do mundo corporativo de base extra-regional com as estratégias e atitudes das elites orgânicas empresariais da região (Conselho de Empresários da América Latina, Fórum Empresarial das Américas, Grupo Columbus etc) - agentes da integração e por ela afetadas - no contexto dos processos de transformação global. Apesar das divergências entre os empresariados do Brasil e Argentina - dependendo do setor de atuação, das características da empresa ou grupo, e das considerações extra-regionais, além da natural concorrência -, que fazem com que se oscile entre confrontação, competição, e cooperação, parece haver convergência para criar as condições da transformação da região e viabilizar sua inserção nas transformações globais.

tural. Um macromercado que envolve poucos estados - e vulneráveis -, embora assentado num pluriculturalismo multiétnico, com identidades nacionais pouco consistentes e irregularmente disseminadas nas estruturas societárias.

6. O Alcance Estratégico da Amazônia

A própria existência do Mercosul – enquanto viabiliza a aquisição, pelo Brasil, de capacidade potencial para a barganha global, ao acrescentar profundidade geo-econômica, geo-cultural e geo-política – permite que o estado brasileiro possa dislocar, com tranquilidade, o foco de sua atenção do Cone Sul em direção à Amazônia. Nos embates da globalização, o aproveitamento da demanda mundial de recursos escassos (água potável, biodiversidade, alimentos, minérios raros, áreas de turismo e lazer etc) realça a centralidade da Amazonia para uma política de desenvolvimento.¹² A percepção estratégica da região Amazônica, enquanto enfatiza a importância das fronteiras nacionais, coloca grande peso sobre preocupações meio-ambientais, sobre a riqueza de recursos naturais e no «*life-data bank*» nela contido: ‘fronteiras de conhecimento’.¹³ Uma visão político-estratégica deve focalizar uma definição política e científica de parâmetros realistas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o que implica em atingir novas fronteiras de conhecimento (*biotecnologia, engenharia genética, novos materiais*) e a valorização da natureza como *capital biótico* (Becker 1995: 2, 5-6). Assim como significa equacionar a dupla integração ‘externa’: com todo o território nacional e, além das fronteiras brasileiras, com os outros países amazônicos. A região Amazônica se

¹² Na tentativa de lidar com a Amazônia em novos moldes, os brasileiros detêm uma vantagem não somente pela sua infraestrutura já implantada, mas pelas técnicas e destrezas acumuladas para lidar com as particularidades da região. Conhecimento e expertise reunido pelas populações locais e por agentes externos, apoiando-se tanto nas experiências bem sucedidas quanto nos fracassos.

¹³ O Brasil é o país com a maior diversidade e o maior número de espécies vivas do planeta, um verdadeiro campeão de biodiversidade, num ranking que integra pesos-pesados como Indonésia, Colômbia, México, Madagascar e China. Brasil detém mais de 56.000 plantas diferentes (22% do total de espécies do planeta) já classificadas por espécie e tipo, 3.850 das quais existem somente neste país. A Amazônia tem mais de 3000 espécies de peixes de rio; cerca de 15 milhões de variedades de insetos; 524 mamíferos, 1.622 pássaros e 468 répteis; 125 tipos de morcegos, e 517 de anfíbios. A Amazônia também é rica em minerais comuns (ferro, ouro, bauxita) e raros (nióbio), assim como água potável – O Brasil detém 13% de toda a água potável do planeta, e 70% está na Amazônia legal.

torna, então, uma *plataforma* para alcançar a região caribenha, com duas variantes de projeção: Manaus-Colômbia-Venezuela e Belém-Caribe.¹⁴ Neste contexto, a noção de *interdependência regional* joga um papel importante. De fato, a estratégia de *interdependência energética* brasileira poderia se constituir num interessante estudo de caso no exercício de poder nacional, atualizando a *policy* de fronteira em tempos transnacionais, e a forma em que o país e o sistema buscam discernir opções de *policy* num sistema econômico global, num tecido societário que interlociona com a diversidade mundial e numa rede política planetária.¹⁵ Para enfrentar os imensos desafios postulados pelo desenvolvimento sustentável, um instrumento importante deve ser visto no *Sistema de Proteção da Amazônia* (Sipam), sob cujo guarda-chuva o tão falado *Sistema de Vigilância da Amazônia* está sendo implementado.¹⁶ O Sipam é também um instrumento para abordagens diplomáticas da defesa da região, permitindo a integração de agências governamentais dos países Amazônicos, assim compondo uma rede de segurança internacional, e facilitando a interação transnacional de atores regionais não-governamentais.¹⁷

7. A Continentalização da América do Sul

Com a incorporação de Bolívia e Chile, o Mercosul ganhou um *gateway* para o anel do Pacífico, especialmente importante para a indústria e o agrobusiness do Brasil. Este acesso – ao qual corredores comerciais através do Perú podem ser acrescentados – deve ser percebido em sua tríplice função: como uma rota adequada para colocar produtos no mercado asiático, particularmente de grãos (como a soja brasileira) e carne; como movimento de consolidação de seu próprio espaço interno, e de integra-

¹⁴ Na visão geopolítica tradicional de Golbery do Couto e Silva, A Amazonia seria o que ele chamava 'placa giratória de manobra'.

¹⁵ A Amazônia está sendo incorporada ativamente só agora, num contexto histórico de singulares experiências com reformas neoliberais de estado, quando, paradoxalmente, consolidação territorial tem sido uma empreitada estatal.

¹⁶ O principal objetivo do Sivam, que começou a funcionar em julho de 1997 e estará pronto em 2002, é de permitir o desenvolvimento efetivo do Sipam. Funciona como um 'sistema 24-horas', permitindo o desenho de cenário em tempo real, através de uma infraestrutura de meios técnicos e operacionais.

¹⁷ Entre suas metas, busca-se compartilhar: bancos de dados, sistemas de sensores para vigilância ambiental, emprego de aviões para sensoriamento, atividades laboratoriais e conhecimento cartográfico, desenvolvimento de esforços conjuntos para a preservação da natureza e o estabelecimento de *joint ventures* no campo da biotecnologia, assim como a proteção das culturas indígenas.

ção do Brasil com seus vizinhos Andinos (especialmente Peru que se torna um mercado importante para a colocação de produtos dos estados brasileiros de Rondônia, Acre, Mato Grosso e da Amazônia Ocidental; e como peça chave na *continentalização política-estratégica* da América do Sul. Entretecidos com Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, e Guiana (numa espécie de '*Merconorte*', possivelmente dentro do marco da Iniciativa Amazônica, ou compondo com o Pacto Andino), um Mercado Comum Sul Americano ganharia um conjunto de opções bastante diferentes para as suas relações com África e o Suleste Asiático, assim como para a visão de um desenvolvimento sustentável sub-continental. Neste sentido, é necessário estimular o reforço da integração regional, expandindo os horizontes do Mercosul, para atingir a *continentalização sulamericana* e, no interior do Mercosul, incentivar a formação de *corporações estratégicas mercosulinas*.

Os fundamentos desta abordagem das opções de *policies* de desenvolvimento e a projeção internacional concomitante do Brasil como sistema serão encontrados entre a tensão criativa derivada do processo de consolidação do Mercosul e a postura de longa data do Brasil buscando tornar-se um *global trader*. Assim, O Brasil não se limita a interesses regionais (ou mesmo a demandas politico-econômicas), sejam bilaterais ou inclusive multilaterais, embora a rede *Mercosulina* é a própria base para esta abordagem sistêmica. *Reaching out*, o Brasil procura construir *capacidades para iniciativas*, desimpedido nesta particular procura por referências ideológicas através da criação e reforço de *parcerias estratégicas* para além do Atlântico e do Pacífico. Pragmaticamente, a ação diplomática procura ampliar o comércio e a cooperação internacional já tendo em mente perspectivas transnacionais de ação num mundo globalizado.¹⁸

Avançar na direção de uma continentalização sulamericana significa examinar a relação do Mercosul com as diversas regionalizações econômicas e políticas sendo modeladas em outros continentes e com os diversos macromercados formais que estão sendo constituídos ou se encontram em processo de consolidação (União Européia, Nafta, Apec, Asean, Sadeç), assim como as cadeias regionais informais de produção e

¹⁸ Rejeitando «toda falsa tutela e todo principismo abstrato» que poderia justificar inação e que seria responsável por perda de espaço na cena internacional e por tempo nos movimentos estratégicos que são necessários. Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, «A execução da política externa brasileira». Conferência na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03.07.96 (www.mre.gov.br).

consumo no Mediterrâneo, Europa Central e Caucásica, Ásia Central e Sul Este Asiático etc).

O Brasil está ciente de que manobra dentro de um conjunto de relações de poder (econômicas, políticas, militares e culturais) intra-regionais e supra-regionais não conflitivas: enquanto são examinadas as perspectivas estratégicas da região, é importante lembrar que o mosaico de países e sub-regiões que a compõem é extremamente complexo, requerendo uma inserção regional múltipla, baseada numa *policy* de «harmonização de interesses» (Presidência da República 1996: 5). Sendo um país com tantas e amplas regiões internas e com um perfil tão diversificado (Amazônico, Atlântico, Cone Sul), a «noção de espaço regional» extrapola a massa continental sulamericana e inclui o Atlântico Sul e a região Antártica, assim como os *gateways* do Caribe e do Pacífico. Isto reforça a necessidade de buscar *parcerias estratégicas* para o desenvolvimento nacional e regional (Amazônico, Atlântico Sul) para além dos vínculos tradicionais com os Estados Unidos e com a Europa (em processo de renovação através de *pólos gravitacionais societários*, como na Califórnia e Florida, ou de centros europeus), na direção de pivôs político-táticos e emergentes pólos motores tecnoprodutivos, como Cidade do Cabo, Nova Déli e Beijing, capazes de contribuir para o debate em torno de uma nova ordem financeira e industrial transnacional e de uma reformulação dos procedimentos e desempenhos dos agentes internacionais e supranacionais

Significa, também, pensar o Mercosul como *base e espaço* de atuação de seus componentes nacionais, visualizando uma *resposta* regional às novas realidades, que do ponto de vista do Brasil seja *recurso estratégico* para potencializar a sua capacitação para a barganha global.

Assim, para o Brasil e para os Mercosulinos, o principal desafio é de operacionalizar o Mercosul como suporte estratégico para a projeção de seus estados-membro — ganhando leverage político, cultural, societário e econômico para uma inserção global diferente, mais dinâmica, dos países da região, em termos produtivos, comerciais, financeiros, e científico-tecnológicos. Uma 'plataforma' capaz tanto de estimular transformações domésticas e contribuir para modelar mudanças significativas nas relações internacionais, o que significa incluir a região Amazônica como um trunfo. Um esforço que também requer a capacidade de discernir os diversos sentidos e objetivos divergentes que compõem a visão compartilhada Mercosulina da necessidade de integração regional e de reinserção global. Presupõe, claro está, que um tecido intercontinental de economias nacionais, através de macromercados formais (como poderia ser o ca-

so de uma Trans-Atlantic Free Trade Association), é uma das características do sistema transnacional em gestação, para o qual não há instituições adequadas, procedimentos, regras ou normas e referências que possam guiar uma ação de conjunto. Esta percepção está implícita nas negociações dos governos nacionais e em seus objetivos de ligar, em formas diferenciadas, o Mercosul à União Européia e aos emergentes macro-mercados dentro dos anéis do Pacífico, Mediterrâneo e Índico, assim como com SadeC.

No entanto, o objetivo de uma continentalização Sul Americana enfrenta o desconforto da urgência norteamericana de implementar, em seu próprio ritmo, a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA).¹⁹ Isto, apesar (alguns diriam por esta mesma razão) das enormes diferenças entre os futuros parceiros. Aqueles que vêm na criação da Alca algo perto de uma ampliação do Nafta, esperam que comece, no máximo, em 2005, apesar de que esperam que as regras estejam definidas muito antes desse ano (Dreifuss 1994). Para acelerar a ALCA, um passo fundamental é atrair o Brasil a uma visão compartilhada com os Estados Unidos nesta questão, uma vez que os brasileiros representam um importante mercado, tanto para as exportações norteamericanas (comércio internacional) e para as operações de corporações estratégicas dos Estados Unidos que produzem localmente e atuam no comércio transnacional.²⁰ Mas atrair o Brasil para a visão compartilhada não será fácil, enquanto tenha que enfrentar as barreiras tarifárias e restrições comerciais dos Estados Unidos.²¹

¹⁹ Com mais de 800 milhões de pessoas, um PIB de aproximadamente 9.2 trilhões de dólares, e um volume anual de comércio de 8 trilhões de dólares.

²⁰ São 27 bilhões de dólares investidos pelo sistema financeiro em corporações e empreendimentos no Brasil, enquanto que 406 das 500 maiores corporações dos Estados Unidos operam no país.

²¹ Particularmente, sobre a entrada de placas de aço (taxadas em 109%), tubos de aço (125%), silício metálico (67%), carne de carneiro (48%), tubos costurados (103%), suco de laranja (456 dólares por tonelada), álcool (combinação de tarifas *ad valorem* de 3% e específicas de 14.27% por litro, com tarifas preferenciais para terceiros países), açúcar (importações pelos US dentro da quota são sujeitas a tarifa de 0.625 cents por libra, enquanto importações extra-quota são taxadas em 16 centavos por libra, tabaco (até 355%), lã (45 centavos por quilo), sapatos (até 48%), têxteis (sujeitos a quotas de contingência), sementes, óleos de frutas e essências (até 188%), fruta industrializada (até 151%) etc. Há também barreiras fitossanitárias que atingem quase todas as frutas provenientes do Brasil (a exceção de manga e melão) e carne de carneiro, apesar de que a União Européia é cliente regular de tais produtos. Também devem ser considerados os subsídios norteamericanos às exportações agrícolas, através do seu Export Enhancement Program, bem sucedido em deslocar o frango brasileiro dos mercados

O Brasil, por sua vez, enfrenta o dead-line de 2005 como ponto de referência para fixar as regras da ALCA e o começo do processo de implementação, assim visualizando a zona de livre comércio das Américas como desdobrando-se de *'building blocks'*, i.e., uma série de movimentos que consolidam diversos vínculos subregionais, concomitantemente fixando as premissas para a continentalização Sul Americana. Tal integração – que requer estabilidade política regional – inclui a já existente associação do Chile e da Bolívia ao regionalismo aberto do Mercosul, a futura associação do Peru e da Venezuela, e a incorporação dos outros países Andinos, assim fechando o arco, no norte da América do Sul, e projetando-se sobre o Caribe. É neste contexto que deve ser entendida a visão do ministro das relações exteriores, Luiz Felipe Lampréia, para quem o começo da ALCA 'deve ser gradual', e 'via Mercosul', concomitantemente à 'preparação de um calendário e de uma metodologia para negociações'.²² Precisamente por «nossa 'circunstância Americana'», nas palavras do Embaixador Rubens Barbosa (1995: 3).

do Oriente Médio, Europa Ocidental e Japão. Ao todo, os países ricos gastam '160 bilhões de dólares por ano, em subsídios para proteger produtos agrícolas da concorrência estrangeira' (Debora Berlinck, quoting president Fernando Henrique Cardoso, O Globo, 20.05.1998).

²² Guillermo Pernes, Semanário do Mercosul, Gazeta Mercantil, 20/26.01.1997.

Bibliografia

BARBOSA, Rubens (1995): «O Brasil e o Mercosul em face da Nova Geografia Econômica Internacional», em: *Perspectiva* 9 (1), 3.

BECKER, Bertha K. (1995): *Geopolítica da Amazônia*, Sumário.

DREIFUSS, René Armand (1994): «Estados Unidos: esboço de uma nova perspectiva estratégica?», em: *Premissas* (Universidade Estadual de Campinas/Núcleo de Estudos Estratégicos) 7, Agosto 1994.

DREIFUSS, René Armand (1997): *A Época das Perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*, 2ª ed., Petrópolis: Editora Vozes.

HETERARQUIA POLÍTICO-ESTRATÉGICA E HETEROTOPIA TECNOPRODUTIVA (1996, em *Ensaio FEE*, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Secretaria da Coordenação e Planejamento, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 17, N°2, Vol. 34, Porto Alegre, Novembro, 22-33.

KLIGSBERG, Bernardo (1998): «Um Proer para os pobres», em: *Jornal do Brasil*, 29.09.1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1996): *Política de Defesa Nacional*, Brasília.

PROPOSTA DE PROGRAMAS E PROJETOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSPORTE DA AMAZÔNIA (CETRAM) (1994), em: Geipot - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Ministério dos Transportes: *Rede de Transportes na Região Amazônica*, Brasília.